

Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sessões Ordinárias

MELHORAR NOSSA “CONDIÇÃO DE VIDA”: UM PRINCÍPIO PSICOLÓGICO E SUAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

Cezar Augusto Pereira dos Santos (PPGE&D/UFSM)
Solange Regina Marin (PPGE&D/UFSM)

Resumo: O presente trabalho - por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada principalmente na leitura da Teoria dos Sentimentos Morais e na Riqueza das Nações - investiga a conexão entre a filosofia moral de Adam Smith e a sua abordagem em relação aos princípios humanos que norteiam a busca individual por melhorar a própria condição de vida. Para alcançar este objetivo são estudados conceitos e princípios chave presentes em seus dois livros de modo a defender o ponto de vista de que a Riqueza das Nações é uma continuidade da Teoria dos Sentimentos Morais. Dentre as principais lições aprendidas, a partir do estudo da obra de Smith, está a de que foi através dos conceitos de simpatia e espectador imparcial, criados e desenvolvidos na TSM, que ele criou o conceito do homem prudente, o qual caracteriza a maioria das pessoas que vivem em sociedade; que o homem prudente é muito diferente do *homo economicus* neoclássico; e, principalmente, que a visão smithiana de auto interesse está impregnada de conotações morais, uma vez que vai muito além do mero auto interesse por riquezas materiais.

Palavras-chave: Adam Smith; Teoria dos Sentimentos Morais, Riqueza das Nações; melhorar a própria condição; agentes sociais.

Introdução

Ao analisar as fontes que dão origem e desenvolvem a divisão do trabalho em sociedades civilizadas, Adam Smith segue uma longa tradição de autores que pode ser rastreada até “A República” de Platão¹. Ele inicia seu livro, A Riqueza das Nações (a partir de agora, RN), com uma análise dos determinantes do avanço da produtividade do fator trabalho e do modo como o produto nacional se divide entre as diferentes classes sociais. No primeiro capítulo, afirma que a divisão do trabalho, na medida em que pode ser introduzida em uma coletividade, gera, em cada ofício, um aumento proporcional das forças produtivas do fator trabalho. A diferenciação das ocupações e empregos entre os diferentes indivíduos, nada mais

¹ Autores como Cícero, Mandeville, Petty, Hutcheson e Hume, argumentaram que a cooperação entre inúmeros trabalhadores qualificados não apenas dá origem a benefícios sociais do ponto de vista econômico: acesso coletivo a uma gama maior de itens como produtos alimentícios, de vestuário e habitação, como aos benefícios intangíveis, como saúde e segurança. Para estes autores, também os costumes, as leis, as regras da justiça e as convenções da sociedade civil são influenciáveis pelos impactos da divisão do trabalho. Para uma análise detalhada das influências na argumentação de Adam Smith acerca da divisão do trabalho ver: Dooley (2003); Vivenza (2001).

seria então, do que a consequência dessa vantagem. A grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios — multiplicação esta, também decorrente da divisão do trabalho — é que seria a causa, em uma sociedade bem dirigida, da riqueza universal estendida até as camadas mais baixas da população (SMITH, 2003).

O objetivo geral do presente estudo é conectar – com base no desejo humano universal por ser notado e tratado com simpatia - os dois livros de Smith, a RN e a Teoria dos Sentimentos Morais (daqui em diante, TSM), para, com base na sua visão acerca da divisão do trabalho, estudar a relação entre o aprimoramento da produtividade do fator trabalho, a acumulação de capital e os efeitos desta sobre o tecido social.

A questão que norteia este estudo é a seguinte: em que a análise da divisão do trabalho empreendida por Smith difere daquelas realizadas por outros autores? O argumento aqui defendido é que, enquanto autores como Aristóteles e David Hume, por exemplo, “enxergaram” somente os efeitos benéficos do processo, Smith chamou a atenção tanto para as causas psicológicas enquanto motor a impulsionar a divisão do trabalho, quanto para as consequências deletérias deste processo na vida dos trabalhadores. Além disso, ele também recomendou políticas públicas a fim de mitigar o problema². O foco, neste trabalho, é sobre as causas psicológicas. Para tanto, recorre-se às análises das relações sociais empreendida por Smith na TSM – livro que precedeu à RN.

O trabalho, além desta introdução, conta com mais quatro seções. Na segunda, são apresentados e analisados princípios e relações chave presentes na TSM, como a simpatia e o espectador imparcial. Na terceira seção, é analisada a relação, de acordo com Smith, entre a busca por aperfeiçoamento profissional e o desejo de ser notado. A seção posterior trata do caráter do homem prudente smithiano e da importância da parcimônia enquanto geradora da acumulação de capital e seu reflexo no avanço da divisão do trabalho. Na última seção são apresentadas as considerações finais.

2 Princípios e relações trabalhados por Smith na TSM

2.1 O conceito de simpatia

Segundo Smith (1999), toda e qualquer experiência sobre as quais se fundamentam as regras gerais e o princípio da aprovação em sociedade são, antes objetos originados de

² As políticas sugeridas por Smith para o enfrentamento dos efeitos adversos da divisão do trabalho serão trabalhadas em uma pesquisa futura.

sentidos e sentimentos imediatos, do que da Razão. Para ele, a “*sympatia*” – entendida como um conceito que surge a partir da análise de fenômenos empíricos, isto é do modo como as pessoas, com suas *experiências* (primeiro aspecto fundamental da visão do homem construída por Smith) na vida em sociedade incorporam sentidos de moralidade - é suficiente para explicar o princípio da aprovação (GANEM, 2002).

De acordo com Wilson e Dixon (2006), embora Smith concorde com Hume, de que a simpatia é a base dos juízos morais, a sua visão de “simpatia” é diferente. Enquanto para Hume, o “simpatizar” está relacionado ao fato de uma pessoa reconhecer o benefício (prejuízo) - a “dor ou prazer”, a “perspectiva de perda ou ganho” – que ela pode vir a obter ao ser destinatária de uma ação alheia, para Smith, o “simpatizar” se relaciona, literalmente, com o “compartilhar de sentimentos” [*fellow-feelings*] entre indivíduos socializados.

Mas, para Wilson e Dixon (2006), uma vez que, itens como benefícios (prejuízos), utilidade ou vantagens (desvantagens) derivados a partir de atos e condutas não são sentimentos, pela ótica de Smith, estes itens não podem ser compartilhados entre as pessoas. Então, o que Hume define como simpatia, não é, absolutamente, simpatia. A simpatia, no sentido dado por Smith (1999), é mais complexa, envolve uma espécie de “conexão orgânica” entre as pessoas. Nesta visão, embora o espectador seja capaz de reconhecer que o receptor foi beneficiado (ou não), ele não consegue “simpatizar” com seus benefícios (prejuízos). O que ele simpatiza é com o sentimento de gratidão (ressentimento) que o destinatário sente ao receber estes benefícios (prejuízos).

I can recognise your benefit, but I cannot sympathise with it. For Smith, however, I can and do sympathise with your gratitude, with how you feel about the benefit. Otherwise expressed: for Smith there is an organic connection between myself and how you feel (about a certain form of conduct that affects you). But your feeling (or rather how I suppose that you feel) and myself can only be organically connected if your feeling is somehow inside of myself (WILSON; DIXON, 2006, p. 267).

No modelo de homem adotado por Smith, as pessoas ao se imaginarem umas no lugar das outras, acabam por experimentar um conjunto de sensações, e por meio destas sensações formulam seus julgamentos acerca das paixões que deram origem as ações adotadas ou sofridas pela pessoa em “julgamento”. Este imaginar-se no lugar do outro, para Smith (1999), é um sentimento que não está limitado apenas às pessoas abnegadas.

A partir da experiência, o sujeito smithiano pratica o segundo grande aspecto presente na TSM que é o *exercício da imaginação*. Só a partir da experiência podemos formar alguma ideia do que se passa na mente do outro, podemos nos

colocar no lugar do outro. Só por meio da imaginação nos é possível conceber quais são as suas verdadeiras sensações. Imaginar-se no lugar do outro, vivenciar uma situação sentindo uma situação análoga ou colocando-se no lugar do outro é o ponto de partida da análise que Smith faz do indivíduo (GANEM, 2002, p.108).

De acordo com Coase (1976), a simpatia, pela ótica dada por Smith ao termo, é uma via de mão dupla, pois, a prática de nos colocar no lugar do outro, ao mesmo tempo em que nos torna não imunes ao que lhe ocorre, e nos faz imaginar como ele se sente, também tem como consequência, que nós imaginemos como ele se sente em relação a nós.

Smith (1999) chama a atenção para a questão de que, devido ao fato de não ser possível às pessoas terem a experiência imediata do que as demais sentem, elas apenas concebem uma ideia do quão afetadas as outras são em suas alegrias e infortúnios, quando imaginam como elas mesmas se sentiriam na mesma situação. Ou seja, cada pessoa apenas reproduz as impressões de seus próprios sentidos, nunca as alheias.

Para Quintana (2001), o conceito de simpatia, conforme utilizado por Smith funciona como um princípio natural, responsável pela sociabilidade entre os indivíduos. Este princípio provoca uma espécie de compartilhar de sentimentos [*fellow-feelings*] entre o observador de uma ação – espectador – e o agente imediatamente ligado a esta ação, seja de modo ativo, seja de modo passivo. Assim, a simpatia, para Smith, está ligada a solidariedade para com os sentimentos das outras pessoas.

[Mas,] essas circunstâncias que produzem tristeza ou dor não são as únicas que provocam nossa solidariedade. Seja qual for a paixão que proceda de um objeto qualquer na pessoa diretamente atingida, uma emoção análoga brota no peito de todo espectador atento ao pensar na situação das outras [pessoas]”(SMITH, 1999, p.7).

O conceito de simpatia na obra de Smith vai muito além da definição tradicionalmente dada ao termo³, não denotando apenas a solidariedade de uma pessoa pelo sofrimento alheio, e sim solidariedade em relação a qualquer paixão. Enquanto em muitas situações a simpatia se estabelece instantaneamente de modo irrefletido, de pessoa para pessoa, pela simples observação por parte de uma do semblante da outra. Em outras, a simpatia é despertada apenas após uma análise arrazoada dos fatores geradores da paixão que se desenrola ante a visão do espectador, e do grau da resposta dada (SMITH, 1999).

³ Segundo Figueiredo (2010), simpatia – do latim *sympathia* - tanto pode ser uma “relação fisiológica entre dois órgãos, mais ou menos afastados”, uma “tendência instintiva para uma pessoa ou para uma coisa”, quanto uma “inclinação mútua de duas pessoas ou entre duas coisas”.

Existem algumas [paixões] cujas expressões não provocam nenhum tipo de simpatia, mas antes de nos inteirarmos do que as ocasionou, servem mais para nos provocar aversão e incitar contra elas. O comportamento furioso de um homem irado provavelmente tende a nos exasperar mais contra ele do que contra seus inimigos. Como não estamos a par dos motivos que o provocaram, não podemos fazer nosso o seu caso, nem conceber nada parecido com as paixões que esses motivos excitam. Mas vemos claramente qual a situação daqueles com os quais está irado, e a que violência eles podem estar expostos. Por isso, prontamente simpatizamos com o medo ou ressentimento deles (SMITH, 1999, p.8).

Para Ganem (2002), o sujeito smithiano está constantemente frente a um jogo de espelhos. Porém, este jogo de espelhos nada mais é do que o reflexo do exercício da simpatia enquanto mediadora dos relacionamentos sociais. As pessoas, desde a mais tenra idade cumulativamente observam o comportamento e as reações a certos tipos de ação e sentimentos considerados como meritórios ou não pelos diferentes grupos sociais nos quais estão inseridas. Elas assimilam, apreendem, tal padrão de julgamento.

Em relação a esta apreensão dos padrões morais por parte dos indivíduos e sua aplicação para o julgamento das ações tanto próprias quanto das outras pessoas, Smith apresenta o conceito do espectador imparcial, “o homem dentro do peito, o grande juiz e árbitro das condutas, o semideus dentro do peito”, que é o modelo balizador das condutas humanas adequadas ao convívio social (SMITH, 2003, p. 166). Na sequência, analisar-se-á a importância deste conceito e sua relação com hábitos e costumes sociais e o auto interesse individual.

2.2 O espectador imparcial

Na análise das relações sociais empreendida por Smith, os agentes sociais necessitam que suas ações e comportamentos sejam “aprovados”, não apenas pelos seus pares, mas também pelo julgamento do espectador imparcial, o qual pode ser considerado como a essência por trás da consciência individual. Consciência esta que se forma como um produto social (VIVENZA, 2001).

Na leitura da TSM é possível notar que Smith correlaciona a aprovação ou desaprovação com que julgamos, tanto a nossa conduta quanto as das outras pessoas, com a necessidade de se “distanciar” destas condutas e ações em análise. Uma vez que, o juízo de conveniência [adequação, decoro, legitimidade – *propriety*] ou inconveniência está relacionado com o fato de uma ação ser conveniente ou inconveniente, adequada ou

inadequada, conforme a causa que inspirou o agente a realizá-la. A forma primária de tal juízo seria aquela realizada pelo espectador de uma ação ou conduta alheia ao *imaginar*, a si próprio no lugar do agente, e comparar o sentimento motivacional da ação com o sentimento que ele mesmo teria caso estivesse na mesma situação. Se, hipoteticamente, na situação imaginada, tomasse a mesma atitude que o sujeito em julgamento, compartilharia de seu sentimento – aprovaria a ação (RAPHAEL, 2007).

Mas, enquanto é mais fácil se distanciar para analisar as ações e condutas das outras pessoas, o mesmo não ocorre quando as ações e condutas em julgamentos são as do próprio sujeito. Da mesma forma que, ao se colocar um objeto muito perto dos olhos, ele parece distorcido, ao se analisar a própria conduta, naturalmente se obtém uma perspectiva distorcida, uma vez que estando muito perto, a tendência é o sujeito olhar para si mesmo com certa condescendência (PAGANELLI, 2010).

Jamais podemos inspecionar nossos próprios sentimentos e motivos, jamais podemos formar juízo algum sobre eles, a não ser abandonando, por assim dizer, nossa posição natural e procurando vê-los como se estivessem a certa distância de nós (SMITH, 1999, p.139).

A maneira de evitar incorrer nesta tendenciosidade pode ser via inspeção das próprias ações e condutas tomando como base não só o modo como provavelmente as outras pessoas as veriam, mas indo além, e as examinando conforme se imagina que um espectador incorruptível as julgaria. Sendo assim, o padrão ideal de moralidade só pode ser encontrado no julgamento proferido pelo espectador imparcial⁴, que representa, de forma idealizada, a correspondência de sentimentos que é consequência da interação social. Ou seja, o espectador imparcial representa o espelho da aprovação ou desaprovação moral (SUGDEN, 2002).

O espectador imparcial forma seus juízos a partir dos reflexos de sua imagem no conjunto de espelhos em que se mira. A experiência e a observação em sociedade ensinam cada um a julgar com razoável neutralidade o conteúdo moral de diversas situações de sua vida, com um grau tolerável de proximidade do que seria o juízo do espectador imparcial (SANTOS; BIANCHI, 2007, p.639).

⁴Na sua forma inicial, este conceito estava relacionado com o teatro. O termo foi criado por Joseph Addison em seu jornal “O espectador” para descrever o relacionamento entre um “público” esclarecido e o espetáculo que se lhes era apresentado no palco. As paixões seriam representadas através de gestos padronizados dos participantes do “jogo” [*players*]. Os espectadores imparciais teriam a capacidade de distinguir dentre os atos aqueles considerados como originários da realidade em contraposição aqueles considerados como falsos ou fantasiosos (TRIBE, 1999).

Conforme Quintana (2001), no sistema moral defendido por Smith, enquanto a simpatia possui uma relação inequívoca com o compartilhar de emoções entre os agentes sociais, funcionando como a força de atração das emoções, o espectador imparcial funciona como o elemento controlador desta força. Da interação entre estes dois elementos, simpatia e espectador imparcial, abre-se a possibilidade da sociabilidade e da existência de atitudes virtuosas entre os indivíduos. Para Cerqueira (2004), da sua relação com o espectador imparcial, cada agente social deriva a virtude mínima a partir da qual a vida em sociedade se torna possível.

Mas, o que motiva as pessoas em busca desta “virtude”? Para Smith (1999), esta busca pelo caráter virtuoso, assim como todas as demais paixões humanas, está ligada ao desejo individual por reconhecimento e aprovação. Porém, esta aprovação repousa tranquila apenas quando não restam dúvidas de que o julgamento não sofreria mudanças mesmo quando analisado por qualquer observador indiferente a seu resultado.

Portanto, parecerá merecedor de recompensa quem, para alguma pessoa ou pessoas, é objeto natural de uma gratidão que todo o coração humano esteja disposto experimentar, e, por essa razão, a aplaudir (SMITH, 1999, p.85).

Ao analisar o desejo humano por reconhecimento e aprovação, Smith (1999) até certo ponto concorda com a visão de que todo homem é, por natureza, primeiro e principalmente recomendado aos seus próprios cuidados, e interessa-se mais profundamente no que diz respeito imediatamente a si mesmo e a seus amigos e familiares. Mas, ele deixa claro, porém, que arruinar um desconhecido com o objetivo de se prevenir frente a qualquer infortúnio, ou até mesmo frente a sua própria ruína, é algo com o qual nenhum espectador imparcial pode concordar.

Ou seja, cada pessoa, em seu cotidiano, mesmo sem se dar conta, recorre ao julgamento do espectador imparcial ao analisar suas próprias condutas e ações. E, através disto, consegue identificar, embora não de maneira perfeita, o grau de conveniência ou inconveniência de seus atos e até que ponto é merecedora de admiração ou repúdio do habitante dentro do próprio peito (QUINTANA, 2001).

Na análise das relações sociais empreendida por Smith (1999), este aprovar a si mesmo, é muito importante; é um reconhecimento muito mais profundo do que apenas a aprovação originária dos espectadores externos ao indivíduo. Enquanto por um lado, o mais sincero dos louvores pode provocar ao seu receptor – que tem ciência de não ser verdadeiramente merecedor de tal honraria – pouco prazer genuíno. Por outro ...

Não basta, em absoluto, que de um modo ou de outro nos concedam, por ignorância, ou engano, estima e admiração. Se estamos conscientes de não merecermos que façam de nós uma ideia tão favorável, e de que se a verdade viesse a lume seríamos vistos com sentimentos bastante diversos, nem de longe nossa satisfação é completa. O homem que nos aplaude por ações que não realizamos, não aplaude a nós, mas a outra pessoa. Não podemos extrair nenhuma satisfação de seus louvores. Para nós seriam mais mortificantes do que qualquer censura, e perpetuamente nos trariam a lembrança da mais humilhante das reflexões: o que deveríamos ser, mas não somos. Alegregar-se com um aplauso tão infundado é prova da mais superficial leviandade e fraqueza (SMITH, 1999, p.144).

Para Boff (2012), o espectador imparcial se forma como reflexo de experiências empíricas, ao invés de ser um elemento puramente imaginário – transcendental. Ele possui uma origem social e a coletividade é o “espelho” através do qual as pessoas aprendem quais as ações e condutas são consideradas virtuosas e quais não são. Ou seja, as virtudes não se originam do nada, elas são aprendidas através do convívio social.

Para saber si aprobar o no nuestras acciones, debemos ser espectadores de nuestro próprio comportamento e imaginarnos qué efecto produciría em nosotros desde esta perspectiva Smith está postulando, como vemos, um espectador imparcial, que juzga no si tal conducta es aceptada, sino es acceptable. Esta idea, que el hombre es para otro un espejo (y no um lobo), es otra de las numerosas deudas de Smith para com Hume (CASTRO, 2004).

Mas, o que origina este espelho social que serve de referência ao comportamento dos indivíduos? Em grande medida, a origem está nos hábitos e costumes enraizados em uma sociedade ao longo do tempo.

2.3 A importância dos hábitos e costumes e sua relação com o homem prudente de Smith

Na TSM, Smith afirma que embora poucas pessoas concordem que seus julgamentos acerca de beleza ou virtude sofram grande influência dos hábitos e preconceitos originados das tradições de sua classe social ou grupos nos quais estão inseridos, e acredite que as regras que seguem se fundamentam na razão, não é difícil provar-lhes o contrário⁵.

⁵ Smith utiliza como exemplo o costume de algumas tribos selvagens da América do Norte de apertar tiras de pano ao redor da cabeça de suas crianças a fim de torná-las quadradas - prática considerada pelos europeus como consequência de seu atraso intelectual – em contraponto ao costume de muitas damas europeias, que até poucos anos antes da publicação da TSM, apertarem suas formas corporais, naturalmente arredondadas, a fim de obterem formas quadradas. Mesmo após serem documentados inúmeros casos de doenças originadas por tal costume (SMITH, 1999).

A influência dos hábitos e costumes é significativa, de acordo com Smith (1999), até mesmo em relação aos julgamentos que envolvem sentimentos morais. Ele afirma que, por exemplo, pessoas educadas desde a mais tenra infância em um ambiente onde se cultiva de maneira contumaz a justiça, a modéstia e a afetividade tendem a cultivar estas virtudes, contrariamente aquelas que tiveram a infeliz sorte de serem criadas em meio à violência, falsidade e devassidão. Estas tendem a não ter, nem mesmo a noção de quão ignóbil e inconveniente, o seu caráter e conduta se apresenta aos olhos de pessoas não acostumadas ao seu modo desregrado de vida (SMITH, 1999).

O ato de simpatizar, pela ótica smithiana, está intimamente ligado às regras gerais de conduta que regulam a vida em sociedade, regras estas, em grande medida, vistas como resultados dos inúmeros julgamentos morais realizados pelos membros de um grupo social – aprovação e desaprovação de atos e condutas – que ao longo do tempo se consolidam em hábitos e rotinas comportamentais considerados como adequados. Estes hábitos e rotinas passam então a ser considerados como regras balizadoras das condutas *esperadas* de cada agente individual pelo conjunto de agentes inseridos no grupo social (BOFF, 2012).

É através deste “*aprendizado*”, que o ser humano constrói a capacidade de se colocar no lugar do outro, imaginando como ele se sentiria em seu lugar – e esta capacidade tem grande influência sobre o ato de obedecer às regras gerais de conduta como forma de se evitar a censura social (WENSTEIN, 2006).

Com base no exposto acima, é possível intuir que para Smith, por serem as pessoas agentes sociais, elas não conseguem ignorar o julgamento formado pelas demais acerca de sua conduta e se esforçam para serem *aprovadas*. Mas, cada vez mais, em sociedades em que os indivíduos não se relacionam intimamente, esta aprovação está vinculada à riqueza individual. Na sequência, será analisada a visão de Smith acerca desta questão.

2.4 O auto interesse e a utilidade da riqueza para Smith

Ao analisar a relação entre o caráter individual e a sua relação com a felicidade, Smith (1999) afirma que na medida em que as pessoas crescem, elas tomam ciência da importância, e aprendem a garantir, os meios adequados para satisfazer as suas necessidades naturais relacionadas à fome e a sede, e para evitar se expor ao calor e frio em demasia, com base em algum certo cuidado e previsão. Do grau com que realizam este cuidado e previsão depende o grau de sua “fortuna externa”.

Embora esta “fortuna externa” tenha como fim último prover os meios necessários para a satisfação de necessidades básicas do ser humano, este logo aprende que o respeito e admiração dos outros indivíduos, e em boa medida a sua posição hierárquica dentro do ambiente social em que está inserido dependerá do grau em que possua ou pareça possuir as vantagens que se originam desta “fortuna externa” (SMITH, 1999).

Com base nesta constatação, Smith investiga o verdadeiro sentimento que conduz a emulação que, em maior ou menor grau está presente no coração de todos os homens. Emulação relacionada com o fato de que:

O homem de honra e distinção é notado por todos. Todos anseiam por contemplá-lo, e conceber, por simpatia, a alegria e exultação que suas condições naturalmente inspiram. Suas ações são objeto de atenção pública. Dificilmente lhe escapa um gesto ou uma palavra que passe despercebido. Numa grande reunião, é a pessoa para a qual todos dirigem seus olhares. É isso que, não obstante a consequente perda de liberdade, confere grandeza ao objeto de inveja, e compensa na opinião dos homens todas as fainas, todas as ansiedades, todas essas mortificações a que deve se submeter quem busca a atenção geral. Essa aquisição o faz perder o direito a todo o ócio e toda a tranquilidade (SMITH, 1999, p.61).

Existem, conforme Smith (1999), dois caminhos diferentes, mas igualmente capazes de proporcionar aos indivíduos esta tão desejada aclamação social. O primeiro caminho está relacionado com a incessante busca pela sabedoria e prática da virtude moral, o outro com a grande riqueza financeira e a fama. Enquanto o sucesso no primeiro destes caminhos geralmente conduz à admiração de um grupo seletivo e pouco numeroso de sábios, o sucesso no outro atrai o interesse e a veneração de uma grande multidão de admiradores, que imaginam a existência de seus *ídolos* envolta no máximo de perfeição e felicidade possível aos seres humanos.

Segundo Smith (1999), é a condição de vida das pessoas ricas e famosas que o indivíduo comum, quando sonha acordado ou devaneia à toa, entrevê como o propósito final de todos os seus desejos. Por consequência, sente uma peculiar simpatia pela satisfação daqueles que se encontram nesta condição, a ponto de sentir uma enorme compaixão se acaso uma tragédia venha a pôr fim a tão perfeita existência – compaixão esta que não ocorre em semelhante proporção, caso a tragédia ocorra com uma pessoa anônima.

Mas, para Smith (1999), esta idolatria e obsequiosidade do indivíduo comum para com os ricos e famosos não tem relação com alguma expectativa pessoal de auferir algum benefício por se comportar desta maneira, mas sim com uma genuína admiração pelo conjunto de vantagens que *parece* disponível a quem desfruta de tal condição. Porém, as

pessoas originárias das classes sociais inferiores, embora admirem esta condição, estão cientes que ela se faz disponível a bem poucos indivíduos. E, que caso queiram se distinguir e obter aquele mínimo de aprovação social sem o qual a vida em sociedade se torna muito difícil, precisarão denotar muito esforço.

Smith (1999) utiliza como exemplo o fato de que muitas pessoas de origem humilde na busca por ascensão social submetem-se a grandes fadigas mentais e corporais ao estudarem para distinguirem-se em alguma profissão. Elas se dedicam incansavelmente, diuturnamente, para adquirir talentos superiores aos seus competidores. Após dominarem estes talentos, procuram toda e qualquer oportunidade para exibí-los ao público. Perseguem durante toda a vida a ideia de um dia poder obter um repouso artificial e elegante.

Deverá adquirir um conhecimento superior em sua profissão, e uma superior indústria no exercício dela. Deverá ser paciente no trabalho, firme nas aflições. Precisarà trazer tais talentos à vista do público, pela dificuldade, importância e ao mesmo tempo discernimento de seus empreendimentos, e pela severa e incansável aplicação com que os persegue. Probidade e prudência, generosidade e franqueza deverão caracterizar seu comportamento em todas as ocasiões comuns (SMITH, 1999, p.67).

Mas, a partir destas observações, qual é então, a “utilidade” da riqueza? Em que consiste a diferença entre uma casa confortável, porém modesta, e um palácio, uma vez que ambas se prestam ao mesmo fim - abrigar seus moradores e protegê-los das intempéries? Para Smith (1999), a resposta envolve questões que vão além do aspecto relacionado à utilidade dos bens. Envolve aspectos psicológicos. Como os indivíduos vivem em sociedade, e dentro das sociedades são inevitáveis as comparações interpessoais, os seres humanos tendem, em geral, a levar mais em conta como a condição em que vivem se mostra aos espectadores externos do que como se mostra a si mesmos.

Se examinarmos por que o expectador distingue com tal admiração a condição dos ricos e poderosos, descobriremos que não obedece tanto ao ócio e prazer de que supostamente desfrutam, quanto aos inumeráveis expedientes artificiais e elegantes de que dispõem para obter esse ócio e esse prazer. Na realidade, o espectador não imagina que gozem de maior felicidade que as outras pessoas: imagina que disponham de mais meios para alcançá-lo. E a principal causa de sua admiração radica na engenhosa e inventiva adaptação desses meios para a finalidade para que foram criados (SMITH, 1999, p. 223).

Conforme Smith (1999), como a imensa maioria das pessoas não é imune aos encantos e belezas propiciados pelos confortos que estão disponíveis aos ricos e poderosos e admira como tudo parece naturalmente concorrer para a promoção de sua tranquilidade, em sua

imaginação, confundem tal tipo de existência com algo grandioso e nobre. A busca por um padrão de vida mesmo que remotamente parecido a este, torna válido todo o árduo esforço físico e mental despendido em seus empregos todos os dias. Quintana (2001), ao analisar a obra de Smith, conclui que os espectadores imaginam a condição de vida das classes superiores como a possibilidade para que a felicidade possa ser alcançada não em um mundo por vir, mas na vida terrena.

Segundo Anspach (1972), embora Smith conteste de maneira vigorosa *o grau de superioridade* que comumente se atribuí ao poder e riqueza e critique a disposição dos homens comuns em admirar e, conseqüentemente, imitar o comportamento muitas vezes degradante dos ricos e poderosos, ele não deixa de reconhecer os efeitos benéficos que a busca individual por “melhorar a condição de vida” proporcionou ao avanço econômico, institucional e moral das sociedades ao longo da História.

E é bom que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É essa ilusão que dá origem e mantém em contínuo movimento a destreza dos homens. É o que primeiro os incitou a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e estados e a inventar e a aperfeiçoar todas as ciências e artes, que enobrecem e embelezam a vida humana; que mudaram toda a face do globo, transformando as rudes florestas naturais em planícies agradáveis e férteis, o insondável e estéril oceano em nova fonte de subsistência, e na grande via de comunicação entre as diferentes nações da terra. Por causa desses trabalhos humanos, a terra foi obrigada a redobrar sua fertilidade natural, para manter um número maior de habitantes (SMITH, 1999, p. 225).

Mas deste reconhecimento realizado por Smith dos muitos avanços sociais como reflexos da busca individual por “satisfazer mais efetivamente aquele amor a distinção, tão natural no homem” (SMITH, 1999, p.223) não é possível intuir que ele caracterize os agentes sociais como seres impulsionados *unicamente* pelo desejo de fama e riqueza

Na corrida pela riqueza, honras e privilégios, [cada pessoa] poderá correr o mais que puder, tensionado cada nervo e cada músculo, para superar todos os competidores. Mas se empurra ou derruba qualquer um destes, a tolerância dos espectadores é perdida. É uma violação ao jogo limpo [*fair play*] que não podem aceitar. Por isso, os espectadores simpatizarão com o natural ressentimento do ofendido, e o ofensor se torna objeto de aversão e indignação. Este sabe disso, e sente que todos os sentimentos estão prestes a explodir de todos os lados contra ele (SMITH, 1999, p.104).

Para Smith (1999), as pessoas realizam, mesmo que inconscientemente, uma análise autocrítica de como seu comportamento e suas ações serão julgadas pelas demais pessoas e moderam seu *amor de si* ao grau em que os demais indivíduos possam aceitar. Esta busca por

aprovação social e simpatia alheia é o que impulsiona a maioria das pessoas a se aprimorarem.

3 A relação entre a busca pela simpatia alheia e o aprimoramento profissional

Na TSM, Smith se questiona: o que é necessário para uma pessoa saudável, sem grandes dívidas e de consciência tranquila se sentir feliz? Na Grã-Bretanha, à época do lançamento da RN, mesmo o humilde trabalhador diarista, com seu salário, tinha condições de prover a si e a sua família alimentos, vestuários e o conforto de uma casa. Tinha condições, inclusive, de se permitir certos luxos e vaidades, como, por exemplo, pratos de estanho em vez de barro, cerveja e janelas de vidro. Mas, mesmo assim, seu padrão de vida tendia na época, como tende hoje, a ser rechaçado, até por seu filho, nascido com o mínimo de ambição, e, a ser considerado pior do que a morte por muitas das pessoas que, acostumadas ao padrão de vida das classes mais altas, por algum revés do destino, passassem a ter um *status* parecido com o seu. A resposta, de acordo com Smith (1999), encontra-se em uma realização psicológica – “ser notado, ser tratado com simpatia, ser aprovado” (SMITH, 1999).

A universalidade da paixão humana expressa no desejo de ganho ou numa vontade de melhorar a própria condição, que Adam Smith herda de David Hume garante a possibilidade do nascimento da Economia, posto que fornece os micro fundamentos de uma ordem, articulando interesse privado ao interesse coletivo. Nada apriorístico, axiomático, hipotético, com ideias inatas ou regras fixas de moralidade e de comportamento. Uma verdade ligada à historicidade, uma verdade não mais no plano puramente lógico, mas estabelecida a partir do vínculo ético. Como para o autor não há um sentido moral inato, torna-se impossível definir regras invariáveis para as regras sociais, essas nascidas, portanto, das experiências privadas (GANEM, 2002, p. 108).

Mas, o trabalhador, quanto mais pobre, mais consciência possui do quão longe está desta aprovação. Por isto, salvo raras exceções, sente vergonha em exibir sua humilde condição. Condição esta, que ou o torna invisível, ou - o que é pior - o torna indesejável.

Desviam dele os olhos, ou, se a sua extrema aflição os força a olhar para ele, é apenas para expulsar de seu meio um objeto tão desagradável. Os afortunados e altivos espantam-se com a insolência desse farrapo humano, que se atreve a apresentar-se perante eles, e com o odioso aspecto de sua miséria que, presumem, irá perturbar sua serena felicidade (SMITH, 1999, p. 60 – 61).

O contrário é válido. Segundo Smith (1999), devido ao fato das pessoas simpatizarem muito mais com a alegria do que com a dor, o homem de distinção social, via de regra, faz

questão de ostentar seu poder e riqueza. Ele possui, segundo o imaginário popular, os meios para obter qualquer comodidade ou prazer – palácios, carros, criados -, enfim, a vida de um ser superior. E, quem observa sua existência, *por simpatia*⁶, compartilha de seus, pois, poucas são as pessoas não impressionáveis pelo luxo de sua vida. A utilidade de tais itens é impressionar àqueles que não os possuem, ou, nas palavras de Smith, satisfazer o amor à distinção – característica inerentemente humana.

O homem rico jacta-se de sua riqueza, porque sente que naturalmente isso dirige sobre si a atenção do mundo, e que os homens estão dispostos a aceder a todas as emoções agradáveis com que os benefícios de sua situação o cobrem tão prontamente. Ao mero pensamento disso, seu coração parece inchar e dilatar-se, e, por esta razão, aprecia ainda mais a sua riqueza do que por todos os demais benefícios que ela lhe proporciona (SMITH, 1999, p. 60).

Ou seja, com base na passagem acima, para Smith, o ser humano, em sociedade, tende a considerar muito mais como a sua situação se mostra aos demais, do que como se mostra a si mesmo. A admiração pelo estilo de vida das classes mais abastadas tem menos a ver com o ócio e o prazer que seus membros têm acesso do que com os meios que eles têm a sua disposição para gozar, caso queiram, deste ócio e prazer (SMITH, 1999).

Assim, a vantagem de ser rico e grandioso, na magnificência de sua situação, está no fato de essa condição ser alvo das emoções dos outros, ser sentida de forma “compartilhada” pelos envolvidos, à vista da ampla simpatia, satisfazendo o amor à distinção tão natural ao ser humano. Tal disposição, na perspectiva dos “sentimentos” do espectador, não parte da própria pessoa, ou seja, prevalece a consideração de como a situação se mostra aos olhos dos outros (MARIN e QUINTANA, 2011).

É esta admiração, esta vontade de obter as comodidades que a riqueza proporciona, de um dia desfrutar de um repouso artificial e elegante, de melhorar a condição de vida, por parte de cada indivíduo, a causa última de todo o esforço e dedicação a uma profissão, o que dá

⁶ De acordo com Wilson e Dixon (2006), embora Smith concorde com Hume, de que a simpatia seja a base dos juízos morais, a sua visão de “simpatia” é diferente. Enquanto para Hume, o “simpatizar” está relacionado ao fato de uma pessoa reconhecer o benefício (prejuízo) - a “dor ou prazer”, a “perspectiva de perda ou ganho” – que ela pode vir a obter ao ser destinatária de uma ação alheia, para Smith, o “simpatizar” se relaciona, literalmente, com o “compartilhar de sentimentos” [*fellow-feelings*] entre indivíduos socializados. Mas, uma vez que, itens como benefícios (prejuízos), utilidade ou vantagens (desvantagens) derivados a partir de atos e condutas não são sentimentos, pela ótica de Smith, estes itens não podem ser compartilhados entre as pessoas. Então, o que Hume define como simpatia, não é, absolutamente, simpatia. A simpatia, no sentido dado por Smith, é mais complexa, envolve uma espécie de “conexão orgânica” entre as pessoas. Nesta visão, embora o espectador seja capaz de reconhecer que o receptor foi beneficiado (ou não), ele não consegue “simpatizar” com seus benefícios (prejuízos). O que ele simpatiza é com o sentimento de gratidão (ressentimento) que o destinatário sente ao receber estes benefícios (prejuízos).

origem e mantém em contínuo movimento a destreza dos homens. É o que faz com que cada pessoa busque se aprimorar com o objetivo de dominar as ferramentas de sua profissão e se esforce para que seus dotes se tornem conhecidos do grande público. É a motivação da divisão do trabalho. Mas, a divisão do trabalho, como será analisado a seguir, possui uma relação próxima com a frugalidade individual, que fornece o capital necessário para que as forças do trabalho se aprimorem.

3.1 Acumulação de capital: consequência da frugalidade – a pedra angular da divisão do trabalho – do homem prudente

Conforme Smith (1999), as duas qualidades mais úteis ao indivíduo são, por um lado, uma capacidade de raciocínio e entendimento bem desenvolvida, o que o torna apto a discernir as consequências, mesmo as remotas, de seus atos e escolhas, e por outro lado, o autodomínio que o capacita a antever as vantagens de se abster de um prazer momentâneo ou de suportar uma situação adversa em um tempo presente, a fim de usufruir de prazeres ou evitar dores maiores ou mais duradouras no futuro. A virtude da prudência é a união destas duas qualidades, e se relaciona com o cuidado da saúde, fortuna, posição social e reputação individual, elementos extremamente necessários para uma vida confortável e feliz.

O homem prudente de Smith é apresentado como simples e modesto em suas conversas; cauteloso, fiel aos amigos, e mesmo sem ser dotado de grande brilhantismo, é diligente, frugal e tende a respeitar os usos e costumes estabelecidos pela sociedade. Financeiramente, ele vive exclusivamente de seus próprios proventos, com o objetivo de pouco a pouco melhorar a sua situação de uma forma gradual e segura. É apegado a uma existência tranquila e dificilmente abdica dela, mesmo que seja para assumir responsabilidades que possam levá-lo ao sucesso e ao poder (VIVENZA, 2001).

Para Smith (1999), o homem prudente se esforça para dominar as habilidades e conhecimentos relacionados com sua profissão e negócios, e nesta busca se conduz com constância, diligência e parcimônia, uma vez que uma das coisas que mais teme é se expor à desaprovação social. Desaprovação esta que, naturalmente, acompanha a descoberta de qualquer tipo de falsidade. Ao se dedicar a novos projetos e empreendimentos, ele não deixa de antes analisá-los meticulosamente. Uma vez que vê a si mesmo como parte da comunidade em que está inserido, caso estes empreendimentos possam expô-lo ao opróbrio público, tende a abandoná-los.

Embora a prudência vá muito além da maximização do auto interesse, Smith em geral a considerava como sendo de todas as virtudes a que mais auxilia o indivíduo, ao passo que humanidade, justiça, generosidade e espírito público são as qualidades mais úteis aos outros (SEN, 1999, p. 39).

O amor-próprio do homem prudente que o impulsiona a “melhorar sua condição” se desenvolve via sua adequação as normas morais vigentes e é caracterizado pela incompletude, ou seja, ele necessita do olhar e reconhecimento dos demais seres humanos. Devido as suas características de constância, diligência, *frugalidade* e adequação, ele recebe inteiramente a aprovação do espectador imparcial (GANEM, 2002).

Conforme Quintana (2001), no sistema moral defendido por Smith, enquanto a simpatia possui uma relação inequívoca com o compartilhar de emoções entre os agentes sociais, funcionando como a força de atração das emoções, o espectador imparcial funciona como o elemento controlador desta força. Da interação entre estes dois elementos, simpatia e espectador imparcial, abre-se a possibilidade da sociabilidade e da existência de atitudes virtuosas entre os indivíduos.

Mas, o que motiva as pessoas em busca desta “virtude”? Para Smith (1999), esta busca pelo caráter virtuoso, assim como todas as demais paixões humanas, está ligada ao desejo individual por reconhecimento e aprovação. Porém, esta aprovação repousa tranquila apenas quando não restam dúvidas de que o julgamento não sofreria mudanças mesmo quando analisado por qualquer observador indiferente a seu resultado.

Portanto, parecerá merecedor de recompensa quem, para alguma pessoa ou pessoas, é objeto natural de uma gratidão que todo o coração humano esteja disposto experimentar, e, por essa razão, a aplaudir (SMITH, 1999, p.85).

Ao analisar o desejo humano por reconhecimento e aprovação, Smith (1999) até certo ponto concorda com a visão estoica de que todo homem é, por natureza, primeiro e principalmente recomendado aos seus próprios cuidados, e interessa-se mais profundamente no que diz respeito imediatamente a si mesmo e a seus amigos e familiares. Mas, mesmo expressando textualmente que as pessoas ao tomarem conhecimento da tragédia que se abate sobre um desconhecido perdem muito menos do seu sono quando em comparação com qualquer pequeno infortúnio do qual elas mesmas são as vítimas, ele deixa claro, porém, que arruinar um desconhecido com o objetivo de se prevenir frente a qualquer infortúnio, ou até mesmo frente a sua própria ruína, é algo com o qual nenhum espectador imparcial pode concordar.

Segundo Anspach (1972), embora Smith conteste de maneira vigorosa o grau de superioridade que comumente se atribuí ao poder e riqueza e critique a disposição dos homens comuns em admirar e, conseqüentemente, imitar o comportamento muitas vezes degradante dos ricos e poderosos, ele não deixa de reconhecer os efeitos benéficos que a busca individual por “*melhorar a condição de vida*” proporcionou ao avanço econômico, institucional e moral das sociedades ao longo da História.

E é bom que a natureza se imponha a nós dessa maneira. É essa ilusão que dá origem e mantém em contínuo movimento a destreza dos homens. É o que primeiro os incitou a cultivar o solo, a construir casas, a fundar cidades e estados e a inventar e a aperfeiçoar todas as ciências e artes, que enobrecem e embelezam a vida humana; que mudaram toda a face do globo, transformando as rudes florestas naturais em planícies agradáveis e férteis, o insondável e estéril oceano em nova fonte de subsistência, e na grande via de comunicação entre as diferentes nações da terra. Por causa desses trabalhos humanos, a terra foi obrigada a redobrar sua fertilidade natural, para manter um número maior de habitantes (SMITH, 1999, p. 225).

Mas deste reconhecimento realizado por Smith dos muitos avanços sociais como reflexos da busca individual por “satisfazer mais efetivamente aquele amor a distinção, tão natural no homem” (SMITH, 1999, p.223) não é possível intuir que ele caracterize os agentes sociais como seres impulsionados unicamente pelo desejo de fama e riqueza acima de tudo. Pelo contrário, o as ações do sujeito smithiano, como será analisado na sequência, são pautadas, principalmente, pela frugalidade e prudência.

3.2 A frugalidade e a acumulação de capital enquanto reflexo da prudência

De acordo com Smith (2003), a condição de vida da maioria dos trabalhadores é tal que a sua renda – que deriva exclusivamente de sua condição de empregado - é suficiente apenas para mantê-lo por algumas semanas. Na situação contrária, quando o capital de uma pessoa é suficiente para mantê-la durante meses, ou até mesmo anos, nada mais natural do que ela buscar obter uma renda através dele. A questão é que o aumento do capital dos diferentes indivíduos tem conseqüências sobre o capital social. Ou seja, existe uma relação íntima entre a parcimônia individual e o processo coletivo de acumulação que impulsiona o círculo virtuoso do crescimento econômico enquanto reflexo do avanço da divisão do trabalho. Ou a pessoa mesma utiliza seu capital acumulado para empregar mais mão de obra produtiva ou, possibilita que outra o faça, emprestando-lhe seu capital a juros.

A parcimônia, e não o trabalho, é a causa imediata do aumento de capital. Com efeito, o trabalho fornece o objeto que a parcimônia acumula. Porém, por mais que o trabalho conseguisse adquirir, se a parcimônia não poupasse e não acumulasse, o capital nunca cresceria. Ao aumentar o fundo destinado à manutenção de mão de obra produtiva, a parcimônia tende a aumentar o número de indivíduos cujo trabalho adiciona valor aos objetos aos quais se aplica. Tende, portanto, a aumentar o valor de troca da produção anual da terra e do trabalho do país. Põe em movimento uma quantidade adicional de trabalho, o que confere um valor suplementar à produção anual (SMITH, 2003, p. 423).

Assim, o avanço da divisão do trabalho requer uma prévia acumulação de capital, uma vez que, uma subdivisão cada vez maior do trabalho é dependente de um estoque cada vez maior de poupança. A frugalidade anual de um indivíduo, tanto assegura as condições para que se empregue um número adicional de mão de obra produtiva no ano em voga ou posterior, quanto proporciona a criação de um fundo perene, capaz de manter uma quantidade igual de mão de obra, mesmo em um futuro distante (SMITH, 2003).

De fato, a alocação e a destinação permanente deste fundo nem sempre são asseguradas por leis positivas, por um documento jurídico ou título de bens; no entanto, elas são sempre asseguradas por um *princípio* muito poderoso, isto é, o interesse óbvio de todo indivíduo a quem pertença o fundo. Nenhuma porção dele poderá futuramente ser empregada a não ser para manter mão de obra produtiva, sem que haja uma perda evidente para a pessoa que o desvia de sua destinação própria (SMITH, 2003, p. 424).

Mas, esta frugalidade, transformada em um fundo perene que possibilita o avanço da divisão do trabalho, quer o poupador utilizando seu capital ele mesmo na contratação de mão de obra produtiva, quer, mediante o recebimento de juros, emprestando para que outro o faça, apenas ocorre porque o poupador se vê inserido em uma sociedade na qual existe um arcabouço jurídico e institucional que faz com que ele se sinta seguro (SMITH, 2003).

Conforme Santos e Bianchi (2007), em diversas passagens da RN Smith ataca as instituições mercantilistas e suas restrições e privilégios injustos. Para ele, portanto, os resultados benéficos ou perversos da busca individual pelo auto interesse são dependentes do conjunto de restrições institucionais sob o qual os indivíduos operam. Na RN, Smith reconhece que a busca predatória do auto interesse, num contexto de incentivos perversos, pode conduzir à penúria social.

Para exemplificar seu ponto de vista, Smith utiliza o exemplo da Grã-Bretanha:

A segurança que as leis na Grã-Bretanha dão a cada indivíduo, garantindo-lhe que desfrutará do produto de seu trabalho, é por si suficiente para fazer que um país prospere [...] Na Grã-Bretanha, a atividade econômica é perfeitamente segura, e,

embora esteja longe de ser totalmente livre, é tão ou mais livre do que em qualquer outro país da Europa (SMITH, 2003, p. 682).

O caso da Grã-Bretanha se contrapõe à situação da população de países como a Turquia, Índia e da maioria dos países da Ásia, na época em que a RN foi escrita.

De fato, nesses infelizes países em que os homens temem constantemente a violência de seus superiores, é frequente enterrarem ou ocultarem uma grande parte da riqueza, a fim de tê-la sempre à mão para transportá-la a um lugar seguro, no caso de serem ameaçados por algum desses desastres aos quais a todo o momento se consideram expostos (SMITH, 2003, p. 352).

Ou seja, de acordo com Smith (2003), as Instituições de um país devem ser capazes de permitir que seus cidadãos exerçam com liberdade e segurança a sua busca pela aprovação dos demais agentes sociais. Devem dar garantias de que as pessoas não serão arbitrariamente expostas à perda de seu capital acumulado, poupança e investimentos. Sob tais condições, a busca por melhorar nossa própria condição, em conjunto com outro princípio natural a todo o indivíduo, a propensão universal para a troca - princípio que será analisado na próxima seção - dinamiza, em sociedades civilizadas, a opulência⁷.

4 A propensão à troca e a divisão do trabalho

Conforme Smith (2003), a divisão do trabalho não tem sua origem na sabedoria humana, ela não é consequência de algum tipo de aparato organizacional racionalmente formulado. Ela é, ao contrário, consequência, mesmo que se processe de maneira lenta e gradual, de um princípio que pode ser encontrado, em maior ou menor grau, em todo o gênero humano: a propensão universal para a troca “*justa e deliberada*”. Propensão esta, que de acordo com Smith, surge como consequência das faculdades humanas da Razão e da Fala – por isto um fenômeno restrito aos seres humanos.

As trocas “justas e deliberadas” podem ser entendidas como uma espécie de argumentação discursiva entre duas partes - comprador e vendedor. Quando uma pessoa oferece um pagamento monetário a outra para obter seus serviços, por exemplo, nada mais está fazendo, do que apresentar um argumento afim de convencê-la a abrir mão de alguma coisa para adquirir “argumentos”, que em um momento futuro, possibilitem a ela obter algo que tenha despertado seu interesse (SEN, 2010).

⁷ Para uma análise pormenorizada da importância das Instituições na obra de Adam Smith ver Rosenberg (1960).

Esta propensão para a troca é o princípio que subjaz a conhecida passagem da RN que se tornou canonizada ao longo do tempo como a defesa, por parte de Smith, do egoísmo como fundamento último da sociabilidade humana.

Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua autoestima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles (SMITH, 2003, p. 19).

Ao invés de uma confirmação à argumentação hoje canonizada, este parágrafo da RN parece relacionado com uma questão quase que banal, ou seja, com os tipos de motivações que influenciam um tipo específico de transação – a compra e venda de uma mercadoria qualquer. Na realização de uma “troca comercial”, a que outra coisa o comprador deveria apelar em relação ao vendedor, senão “seu próprio interesse”? Um apelo à benevolência, em tal situação, poderia até mesmo ser considerado como uma falha moral, uma vez que isto seria uma forma insidiosa de dependência (METHA, 2006).

O que muitos dos analistas de Smith, como Louis Dumont⁸ e George Stigler, não levam em conta é o fato de que, no mesmo parágrafo, imediatamente acima do trecho hoje canonizado de sua obra, Smith escreveu:

O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a autoestima dos outros, **mostrando que é vantajoso para eles** fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que **propõe um negócio a outra**. Dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer — esse é o significado de **qualquer oferta desse tipo**; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos (SMITH, 2003, p. 19, grifo nosso).

Sen (2010) corrobora este ponto de vista anticanônico, ao afirmar que o açougueiro, o cervejeiro e o padeiro, esperam obter nosso dinheiro em troca da carne, da cerveja e do pão que eles produzem, enquanto nós – consumidores - necessitamos da sua carne, cerveja e pão,

⁸ Conforme Cerqueira (2004), Dumont ao analisar a emancipação da Economia Política (originada como desdobramento analítico do contexto social, reflexo do capitalismo ora nascente) enquanto ciência, interpreta esta emancipação como estando fortemente vinculada a uma ruptura na obra de Smith - que deixa de ser o filósofo moral preocupado em analisar a esfera geral dos sentimentos morais dos indivíduos baseada na simpatia. E, passa a concentrar seu foco investigativo na esfera econômica das sociedades capitalistas que estavam germinando, e cujo funcionamento estaria apoiado apenas no egoísmo dos agentes que as compunham.

produtos que obtemos com nosso dinheiro. Esta troca “comercial” beneficia a ambos. Não existe necessidade de altruísmo neste tipo de transação⁹.

De acordo com Smith (2003), esta propensão à troca é comum a todos os homens, desde um simples carregador do porto até um filósofo. Embora, cada um deles se dedique a uma atividade específica dentro da divisão social do trabalho. Mas, embora “*this is a fine point about motivation for trade, but it is not a claim about the adequacy of self-seeking for economic success in general*” (SEN, 2010, p. 55).

Ou seja, apesar desta propensão sempre ter existido, é apenas em um contexto formado por certas circunstâncias especiais, – mercados amplos e arcabouço institucional adequado - que ela conduz ao florescimento comercial. Assuntos a serem explorados em um trabalho futuro.

Considerações Finais

Este trabalho analisou, resumidamente, as causas do surgimento e as circunstâncias necessárias para o desenvolvimento da divisão do trabalho. Pôde-se perceber que é com base um princípio amplamente analisado por Smith na TSM – a simpatia – e por considerar muito mais como a sua situação se mostrará aos demais indivíduos que os agentes sociais suportam o esforço diário, necessário a aprimorar-se moralmente e profissionalmente.

Foi com base em sua formação intelectual e moral que Smith construiu seu sistema econômico e a defesa do auto interesse como um importante princípio da natureza humana e principal fator das motivações econômicas. Porém, a sua visão de auto interesse está impregnada de conotações morais e vai muito além do simples desejo por riquezas materiais – e nada tem em comum com uma defesa do egoísmo exacerbado como balizador último da conduta humana.

Para Smith, o princípio que serve de fundamento para que as pessoas aprovelem ou não, tanto as suas próprias ações quanto as das demais, não se assenta no egoísmo, sequer no intelecto, e sim no sentimento. É com base na capacidade humana de imaginar-se no lugar do outro, que Smith constrói o seu conceito de simpatia, que conjuntamente ao conceito do espectador imparcial, modelo idealizado de ser humano, torna possível às pessoas se conduzirem adequadamente dentro da sociedade. Mas, tanto a simpatia, quanto os juízos do

⁹ Tanto Metha (2006) quanto Sen (2010) se contrapõem, por exemplo, à visão de Stigler de que a RN pode ser considerada como “um estupendo palácio construído sobre o granito do auto interesse” (STIGLER, 1982, p. 265).

espectador imparcial, têm uma relação bastante íntima com os hábitos e costumes do meio social no qual os indivíduos vivem, uma vez que, estes hábitos e costumes coletivamente aceitos funcionam como o “espelho” através do qual eles aprendem quais ações e condutas são consideradas virtuosas ou não. A partir disto, é que Smith constrói na TSM o seu conceito de homem prudente, cujo caráter é representativo da maioria das pessoas vivendo em sociedade na RN.

O homem prudente de Smith, que representa a maioria das pessoas em sociedade, levando em conta sua incompletude, e em busca da simpatia dos demais, preocupa-se não apenas com sua fortuna material, mas com sua saúde, posição social e reputação enquanto membro de uma coletividade. Elementos extremamente necessários para uma vida confortável e feliz.

O aprimoramento e posterior domínio sobre suas “ferramentas” profissionais é que gera aos indivíduos os excedentes que lhes possibilitam, através das trocas com outros indivíduos de diferentes profissões, satisfazer suas necessidades materiais e obter comodidades. A frugalidade dos possuidores destes excedentes é a causa imediata do aumento do capital de uma nação, e ela é que dá curso ao surgimento e desenvolvimento da poupança, do investimento, do sistema de crédito, das instituições bancárias e do avanço cada vez mais complexo da divisão do trabalho. Assuntos também tratados por Smith na RN, mas que serão analisados em um trabalho futuro.

Referências Bibliográficas

BOFF, E. O. **What's The Problem, Mr. Smith? Shedding More Light (than Heat) on Adam Smith's View of Man.** XL ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i1b76cd4277b1646ca81c5059bf789d696.pdf>. Acesso em: 26 mai.2013.

CASTRO, E. **Las pasiones en el mercado: el espejo y la mano invisible** [En línea]. IVº Jornadas de Investigación en Filosofía, 7-9 de noviembre de 2002, La Plata. En: Revista de Filosofía y Teoría Política, Anexo 2004. Disponível em: <http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.154/ev.154.pdf>. Acesso em: 15 out. 2013.

CERQUEIRA, H. E. A. G. Adam Smith e o Surgimento do Discurso Econômico. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, 2004.

COASE, R. H. Adam Smith's View of Man. **Journal of Law and Economics**, v. 19, n. 3, p. 529-546, 1976.

DOOLEY, P. C. Hutcheson, Smith, and the Division of Labour. **Discussion Paper**, Department of Economics, University of Saskatchewan, 2003.

DUMONT, L. **Homo aequalis. Génesis y apogeo de la ideología econômica**. Trad. J. Aranzadi, Madrid, 1982.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. The Project Gutenberg EBook, Abril, 2010. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/31552/31552-pdf.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

GANEM, A. Economia e Filosofia: Tensão e Solução na Obra de Adam Smith. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 4, 2002.

_____. **Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social**: uma abordagem histórico-filosófica. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Porto Alegre, junho de 1999. Disponível em: <<http://ww2.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MARIN, S. R.; QUINTANA, A. M. Adam Smith e Francis Ysidro Edgeworth: uma crítica do utilitarismo. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, 2011.

MEHTA, B. P. Self-Interest and Other Interests. In: **The Cambridge Companion to Adam Smith**. Edited by Knud Haakonssen. New York, Cambridge University Press, 2006. p. 246-269.

PAGANELLI, M.R. The moralizing role of distance in Adam Smith: The Theory of Moral Sentiments as possible praise of commerce. **History of Political Economy**. v. 42, n. 3, p. 425-441, 2010.

QUINTANA, A. M. **A filosofia moral e a economia política de Adam Smith: a simpatia e o interesse próprio**. 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

RAPHAEL, D.D. **The Impartial Spectator: Adam Smith's Moral Philosophy**. Oxford: University Press, 2007.

SEN, A. K. Adam Smith and the contemporary world. **Erasmus Journal for Philosophy and Economics**, v. 3, n. 1, p. 50-67, 2010.

SANTOS, A. T. L. A; BIANCHI, A. M. Além do cânon: mão invisível, ordem natural e instituições. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, 2007.

SMITH, A. **Teoria dos sentimentos morais**: ou, Ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos, acrescida de uma Dissertação sobre a origem das línguas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A Riqueza das Nações**. Vol.I 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **A Riqueza das Nações**. Vol.II 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

STIGLER, G. J. Smith's Travels on the Ship of State. In: _____ **The Economist as Preacher, and Other Essays**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1982.

SUGDEN, R. Beyond Sympathy and Empathy: Adam Smith's concept of fellow-feeling. **Economics and Philosophy**, v. 18, p. 63-87, 2002.

WILSON, D.; DIXON, W. Das Adam Smith Problem: A Critical Realist Perspective. **Journal of Critical Realism**, v. 5, n. 2, p.251-272, 2006.

VIVENZA, G. **Adam Smith and the classics: the classical heritage in Adam Smith's thought**. Tradução inglesa. Oxford: Oxford University Press, 2001.